

FURTADO, Celso. Raízes do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes¹

Celso Furtado, graduado em Direito, doutor em Economia pela Universidade da Sorbonne e pós doutor pela Universidade de Cambridge, publicou cerca de 30 livros, traduzidos em 12 idiomas, entre eles o clássico ‘Formação Econômica do Brasil’.

Raízes do subdesenvolvimento é uma obra composta por ensaios, produzidos no período de 1964 a 1968, com o objetivo de explicar, de forma geral, os fenômenos do subdesenvolvimento e da dependência externa, tendo como ponto de partida as relações entre eles vistas sob o “ângulo dos efeitos do progresso tecnológico” (p 07), quando a guerra fria passou a ser entendida como um simples mito e as deformações da estrutura do poder soviético ficaram expostas, em razão de sua desarticulação. Estes ensaios receberam novo ordenamento e foram modificados para as edições americana, francesa, italiana, japonesa e ganharam uma nova leitura para esta edição.

No primeiro capítulo, ‘O mito da guerra fria’, falando da hegemonia dos Estados Unidos, o autor declarou que a América Latina teve reduzida sua autodeterminação para combater as causas do subdesenvolvimento, em favor da segurança norte-americana, que exigiu a alienação da soberania dos governos nacionais. Isso porque, tendo se formado em condições ideais de segurança externa, ao final da Segunda Guerra Mundial, vendo-se no centro de um dos polos de um mundo agora bipolarizado, os EUA perceberam a necessidade de executar uma política externa sobre bases totalmente novas.

Nesse novo modelo, as grandes potências deveriam abrir mão dos seus poderes imperiais, as colônias se tornariam independentes e os assuntos externos obedeceriam a uma disciplina parlamentar. Pretensão atendida com a formação de uma sociedade democrática de nações, formalizada pela Carta das Nações Unidas, tutelada pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e liderada pelos norte-americanos, devido seu poder econômico. “Surgiu então essa estranha combinação de métodos diplomáticos e ação militar indireta que receberia a denominação de ‘guerra fria’” (p.18).

Ao tratar do ocaso dessa estratégia, o autor afirmou que não reconhecer a influência soviética era a essência da guerra fria. Por isso considerou que esta tenha findado na segunda metade do decênio de 1950, quando os EUA não interviram em favor da libertação de países controlados pela União Soviética, como a Hungria, que promovera um levante, em 1956. Não intervir, significou, portanto, para o autor, o reconhecimento norte-americano do poder soviético. Além disso, a luta nestes países não era contra as conquistas sociais, o que pretendiam era a criação de nações socialistas, livres da preeminência política da União Soviética.

Com o avanço da tecnologia militar, a União Soviética passou a se defender no seu próprio território, utilizando cada vez menos os países vizinhos. Essas mudanças foram sentidas pelos EUA, a ponto de ali passar a ser criticada a ideia de derrotar globalmente o comunismo. Por outro lado, o abandono das estratégias de combate levou o autor a defender “que o fantasma de uma nova conflagração mundial foi engendrado como arma de difusão da ideologia capitalista” (p. 27).

¹Mestre em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste pela Universidade Federal de Pernambuco é analista do Poder Legislativo do Estado de Alagoas/Brasil E-mail: barbosamm.lucia@gmail.com

No segundo capítulo, ‘Estratégias de desenvolvimento’, ao falar do imobilismo social, causado pela ausência de órgãos nacionais que representassem os interesses da população local, o autor explicou porque isso aconteceu quando os EUA, mudando sua estratégia de segurança, decidiram ajudar os países subdesenvolvidos, criando para isso a Aliança para o Progresso. A intenção norte-americana era manter o seu poder, e o desenvolvimento, agradável aos olhos das elites empenhadas em se manterem distante do comunismo, seria o meio mais efetivo. Estando a América Latina muito próxima aos Estados Unidos, foi, por eles, fortemente influenciada. Nela, a tutela desse país, deu-se de forma exemplar, garantiu o autor.

As grandes empresas norte-americanas intermediaram essa ajuda. Em troca passaram a gozar, em terras estrangeiras, de privilégios semelhantes aos que teriam se estivessem atuando em seu país de origem. Somava-se a isso uma legislação, protetora de seus interesses, que ao mesmo tempo mantinha os governos locais sob ameaças. O autor considerou tal projeto inviável, ineficaz e promotor de “desequilíbrios estruturais de difícil correção, tais como maiores disparidade de níveis de vida entre grupos de população e rápida acumulação de desemprego aberto e disfarçado” (p. 40). Para ele, o desenvolvimento, em condições adversas, somente ocorreria com a participação das massas e com a atuação de órgãos políticos capazes de traduzirem e representarem os anseios nacionais.

Ao discutir sobre a concentração do poder econômico, Furtado apontou para o elevado grau que esta atingiu na estrutura econômica norte-americana. Organizadas em oligopólios, as grandes empresas, impunham comportamentos de consumo, driblavam a legislação, controlavam as decisões econômicas dos EUA e atendiam às exigências do capitalismo. Para o autor, era necessário ter conhecido aquele fenômeno, para se alcançar a compreensão das mudanças que ocorreram na economia daquele país e para entender a dependência das economias latino-americanas a ela.

A conglomeração possibilitou o controle de múltiplas atividades produtivas sem nenhuma relação econômica ou tecnológica. Com isso os conglomerados ficaram protegidos de riscos maiores, pois as perdas em certos setores eram compensadas pelos ganhos em outros e a concentração se tornou sinônimo de lucratividade. Além da diversificação produtiva, dispersaram-se geograficamente e as multinacionais, com atuação em diversos setores da produção, passaram a ser os grandes símbolos da economia capitalista. Nesse cenário, as firmas especializadas perderam força e foram sendo adquiridas por estes grupos, que passaram a dispor de poderes cada vez maiores.

Estes conglomerados penetraram nas economias latino-americanas após a grande depressão dos anos 1930, mas foi a partir da Segunda Guerra Mundial que se expandiram e minaram a formação de uma classe empresarial nacional, capaz de entender o comportamento do mercado. Dessa forma, o desenvolvimento industrial destas nações refletiu estas superestruturas, causadora de uma crescente dependência externa. Para Furtado, o modelo ao invés de fortalecer a iniciativa privada, impediu a formação de um sistema produtivo que atendesse aos anseios do povo latino-americano.

O autor passou a analisar as tendências da economia internacional com o objetivo de verificar se ela estaria, no futuro, organizada em diversos centros de ordenação ou apenas em um. Queria saber, também, se os valores sobre os quais estaria apoiada seriam definidos nacionalmente ou multinacionalmente. E, em sendo, as multinacionais os seus mais relevantes grupos operativos, sob quais critérios seriam agregados ou desagregados os interesses nacionais.

A análise realizada lhe mostrou o surgimento de um novo tipo de sistema econômico internacional, apoiado politicamente no poder militar dos Estados Unidos, que ocupava uma situação privilegiada na economia mundial, a ponto de sua moeda, dada a garantia do seu governo, passar a ser símbolo de poder nos demais países. Somava-se a isso a crescente

diversificação funcional e expansão extraterritorial das empresas norte-americanas, levando-o à conclusão de que aquele novo sistema econômico era “muito menos um fenômeno do comércio internacional que de controle de decisões econômicas numa área multinacional” (p. 61).

A posição privilegiada dos EUA estava intimamente ligada aos recursos naturais que dispunham em seu território e a expansão continental da sua economia, que impulsionou o progresso tecnológico tanto na produção quanto na direção da atividade econômica. Mas esse modelo se distanciara da realidade, disse o autor. Em parte, pelas mudanças ocorridas no sistema político, com a evolução dos mísseis, que tornou o território norte-americano tal vulnerável quanto qualquer outro, fazendo o seu governo adotar posição mais flexível em outras áreas. Esta flexibilização permitiu, por exemplo, que as relações econômicas e culturais se intensificassem entre os países do leste e do oeste da Europa. Contudo, nos países subdesenvolvidos não havia obstáculos à sua expansão. Neles, os recursos investidos giravam em torno da terça parte dos lucros transferidos. Sem autonomia para defender seus interesses, ali se viu instalada a dominação econômica norte-americana, foi o que ocorreu na América Latina, sustentou o autor.

Furtado considerou que a ‘ajuda’ norte-americana preservou “as mais retrógradas formas de organização social e tendeu a esvaziar os Estados nacionais como centros de decisão e instrumentos de mobilização das coletividades para as tarefas do desenvolvimento” (p. 82). Previu que o agrupamento regional, destes países, poderia ampliar os centros nacionais de decisão, no entanto, chamou a atenção para o fato de que a integração de economias desarticuladas e sem capacidade de gestão serviria ainda mais aos interesses das grandes empresas estrangeiras, que ali atuavam.

No terceiro capítulo, ‘Subdesenvolvimento e distribuição de renda’, tratando de desenvolvimento, o autor analisou como se deu a introdução do progresso tecnológico nos meios de produção e as consequências destas inovações nos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos. Desde logo deixou claro que percebia desenvolvimento e subdesenvolvimento como faces de um mesmo processo, sendo este produto das relações de dependência que se estabeleceram entre os centros criadores e as sociedades consumidoras de tecnologias, num sistema econômico de âmbito planetário. Para ele, nos primeiros, os técnicos solucionaram problemas graves, frutos do capitalismo, como o antagonismo entre classes sociais. Nos outros, foram produtores de conflitos, cuja solução não se alcançaria com as ideologias advindas do capitalismo clássico. Porquanto, insistiu na necessidade de “um trabalho criador nesse plano” (p. 101) dentro das nações subdesenvolvidas.

Ao discorrer sobre capitalismo periférico, afirmou que o estudo do desenvolvimento deveria se iniciar pela apreciação dos objetivos futuros da sociedade em questão. Pois, eram estas aspirações as molas impulsoras das transformações sociais. Assim, para ele, dever-se-ia estar atento às oportunidades que possuísem viabilidade política, tivessem relação com aquilo que almejaram e que se encontrassem disponíveis para essa comunidade.

O autor lembrou que embora o desenvolvimento careça da acumulação de capital, esta teria papel limitado se a ela não se somassem o progresso tecnológico e as mudanças no perfil da demanda, que aumentariam a produtividade. Por isso chamou atenção para ordem de ocorrência destes fatores no desenvolvimento autônomo – progresso tecnológico → acumulação de capital → modificações estruturais decorrentes de alteração no perfil da demanda – e na inversão que ela sofreu no desenvolvimento dependente - modificações na composição da demanda → acumulação de capital → progresso tecnológico (p. 106), sendo a primeira ordem definidora dos polos econômicos dominantes e a segunda, das economias exportadoras de produtos primários, onde as tecnologias desempenharam papel subalterno, como no Brasil.

Discorrendo sobre as fases da industrialização brasileira, mostrou que a primeira se deu pela expansão do mercado interno, fruto do aumento da exportação de produtos primários, que impulsionou o desenvolvimento da indústria têxtil. A segunda, pela necessidade de substituir produtos importados, devido à queda na capacidade de importação. Furtado enfatizou que embora a indústria têxtil tenha exigido o uso de tecnologia moderna, não foi esta a causa de seu acelerado crescimento e que a sua contribuição no aumento da demanda interna foi marginal. Além disso, como ela não criou economia externa para outras indústrias e não exigiu uma infraestrutura moderna, o setor industrial brasileiro, nesta fase, apresentou-se desarticulado e funcionou apenas como complemento da atividade exportadora tradicional.

A segunda fase apresentou uma complexidade maior. Entendeu o autor, que o Brasil possuía, desde o início do século XX, as condições ideais para impulsionar a sua industrialização – base industrial, mercado interno e não importava alimentos, contudo, manteve a política de valorização do café e o foco no serviço da dívida externa, que podem ter sido os responsáveis pelo atraso da industrialização brasileira. Com a necessidade de substituir importações, a partir da década de 1930, o governo brasileiro criou as indústrias de base, subsidiou o setor, forneceu créditos com taxas de juros negativas, no entanto, o fator dinâmico permaneceu sendo a substituição de produtos importados, para atender a demanda interna. Além disso, considerou forçoso lembrar que grande parte dos investimentos, nesta fase, veio de empresas estrangeiras que se instalaram em solo brasileiro, mas mantiveram seus centros decisórios no exterior.

O quarto capítulo foi dedicado à análise das estruturas econômicas latinoamericanas. Nele o autor criticou os estudos realizados, que ignoraram a realidade política e social da Região, limitando-se a observarem os fatores econômicos. Furtado fez uma incursão na história destes países e afirmou que na colonização hispânica na América Latina prevaleceu a formação de núcleos urbanos, dotados de organização administrativa, de onde se originou uma classe média influente, e no qual se exerceu o poder político que traduzia os desejos da Metrópole. Já o sistema econômico era descentralizado, mas dirigido por senhores beneficiados com a adjudicação de terras e mão de obra, todos eles ligados ao poder central. Apesar dessa estrutura rígida, surgiram grupos urbanos com poder econômico, ligados a

atividades comerciais ou a extração de ouro, que não atendiam ao mando dos proprietários de terras, nem deviam lealdade ao poder central.

Quanto à rápida inserção da América Latina no comércio internacional, inferiu o autor, que além de ter ocorrido pela ampliação das fronteiras da Europa, dado o dinamismo da sua economia, os países latino-americanos, guardando as singularidades, possuíam recursos primários em abundância, dirigentes inovadores e aparelhos estatais articulados. Contudo, continuaram a usar passivamente as inovações tecnológicas e não promoveram mudanças fundamentais na estrutura social. Devido a isso defendeu que as críticas não deveriam ter tido como foco o comportamento dos responsáveis pelas decisões econômicas, mas as relações estruturais, que ao delimitarem o espaço decisório, impuseram importantes limites às decisões relevantes.

As particularidades do Brasil foram estudadas no quinto capítulo. Escritos nos anos 60, alguns dos ensaios discutem temas bastante atuais, como a inadequação da nossa estrutura agrária e a concentração de renda. O autor lembrou que no início da colonização brasileira, a divisão das terras teve como beneficiários um reduzido grupo de senhores, levando a maioria da população para uma relação de emprego ou de dependência. Mesmo quando o sistema de meação foi introduzido no país não houve mudanças nesse quadro. Uma especificidade nacional, já que em diferentes nações ele foi a fonte de onde se viu nascer uma classe de agricultores independentes. Deixando claro que embora não fosse condição suficiente, ter um setor agrário desenvolvido era condição necessária para o desenvolvimento global da economia, o autor considerou irracional uma estrutura agrária como a brasileira, composta de latifúndios que, do ponto de vista social, desperdiçavam terra e capital.

Furtado passou a expor o caráter oligopolista do sistema industrial que se instalou no Brasil, não permitindo que os ganhos de produtividade do setor fossem repassados para os trabalhadores e criticou a intervenção do Estado, que através de subsídios, da política de câmbio, fiscal e monetária transferiu vultosas quantias de recursos públicos para a propriedade de um grupo reduzido, concorrendo ainda mais para a concentração de renda. Concluiu então que não se tratava apenas de mudar a estrutura do sistema econômico, era fundamental que os mecanismos utilizados para isso, fossem meios de distribuição de renda e de riqueza, como a nacionalização do comando das empresas estrangeiras e a retenção dos frutos do progresso técnico, gerados por elas.